



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE DE ENSINO DE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JONAS BATISTA DE ALENCAR

**CONTROLES INTERNOS: INFLUÊNCIA DO COMITÊ DE AUDITORIA NO
DESEMPENHO ECONÔMICO DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO**

Santana do Ipanema
2018

JONAS BATISTA DE ALENCAR

**CONTROLES INTERNOS: INFLUÊNCIA DO COMITÊ DE AUDITORIA NO
DESEMPENHO ECONÔMICO DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, unidade de Santana do Ipanema/AL, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Leandro Araújo
Wickboldt

Santana do Ipanema

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058

A368c Alencar, Jonas Batista de.
Controles internos: influencia do comitê de auditoria no desempenho econômico de empresas de capital aberto. / Jonas Batista de Alencar.
f. 41.il.
Orientador: Leandro Araújo Wickboldt.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências contábeis) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências contábeis. Santana do Ipanema, 2018.
Bibliografia: f. 37 - 41.

1. Controladoria. 2. Comitê de auditoria. 3. Análise financeira.
4. Desempenho econômico I. Título.

CDU: 657

FOLHA DE APROVAÇÃO

JONAS BATISTA DE ALENCAR

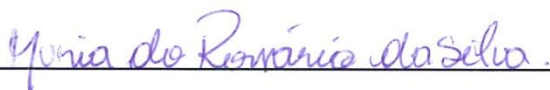
CONTROLES INTERNOS: INFLUÊNCIA DO COMITÊ DE AUDITORIA NO DESEMPENHO ECONÔMICO DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, unidade de Santana do Ipanema/AL e aprovada em 08 de agosto de 2018.

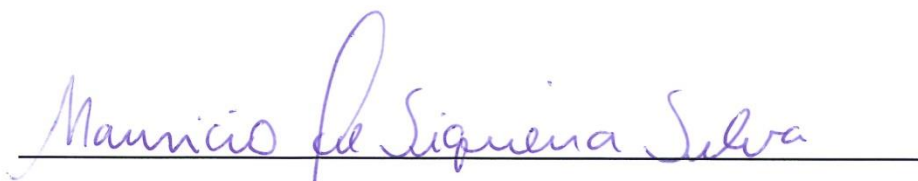


Prof. Me., Leandro Araújo Wickboldt, UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:



Prof. Esp., Maria do Rosário da Silva, UFAL (Examinador Interno)



Prof. Me., Mauricio de Siqueira Silva, UFAL (Examinador Interno)

Aos meus pais com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Contagiado pela alegria de estar concluindo o meu tão sonhado curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, agradeço a Deus por ter-me concedido saúde e força para superar todos os desafios, pelas pessoas especiais que conheci durante essa longa jornada de estudos e por todo aprendizado adquirido.

Agradeço ao Prof. Leandro Wickboldt pelo incentivo e apoio incondicional desde o momento em que nos conhecemos. Obrigado por sua valorosa orientação e amizade, o tenho como exemplo acadêmico e profissional a ser seguido.

A minha família, pela confiança. Especialmente a minha mãe, Marilene.

Aos amigos que sempre estiveram comigo, dividindo as alegrias, as angústias e as dificuldades. Agradeço, em especial, a preocupação e apoio dos meus queridos amigos Fábio e Flávio, irmãos que a vida me concedeu, a Fernanda, pelas orações e carinho, a Wizes, Renata e Emerson por todo apoio e companheirismo.

Aos professores do curso.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo verificar se o desempenho econômico de um grupo de empresas com ações negociadas na bolsa de valores brasileira sofre influência da existência de comitê de auditoria em suas estruturas de controles internos. A hipótese testada foi de que o grupo de empresas com comitê de auditoria teria desempenho econômico superior ao grupo sem o referido comitê. Para o alcance do objetivo traçado, utilizou-se de pesquisa bibliográfica aplicada à controladoria e à análise financeira por meio de indicadores. Para mensuração do desempenho econômico das companhias empregou-se os índices de rentabilidade sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido (ROA e ROE, respectivamente). Para realizarmos a comparação entre os resultados das análises financeiras das empresas estudadas, foram estabelecidos dois grupos de empresas: um que declara a existência de comitê de auditoria e outro que não o faz. Foram examinadas as dez companhias brasileiras mais líquidas, pertencentes ao IBrX 100, no período de 2012 a 2016. Para obtenção dos resultados foram aplicadas duas metodologias: a quantitativa para os cálculos dos indicadores de desempenho e a qualitativa para análise dos comitês de auditoria. Por fim, foi possível concluir que a existência dos comitês de auditoria não influenciou o desempenho econômico das empresas estudadas, sendo refutada a hipótese da pesquisa.

Palavras-chaves: Controladoria; Comitê de Auditoria; Análise Financeira; Desempenho Econômico.

ABSTRACT

This study aims to check if economic performance of a group of companies with shares in the Brazilian stock exchange is influenced by the existence of an audit committee in their internal control structure. It is hypothesized that companies with audit committees would be more economically effective than those without the aforementioned board. In order to fulfill this goal, bibliographical research applied to controllership and indexed financial analyses have been used. Return on Assets and Return on Equity (ROA and ROE, respectively) indexes have been employed as a means to measure economic performance. Two groups of companies were established in order to compare the outcome of financial analyses in this study: one that affirms the existence of an audit committee and other that does not. Ten companies of which stock is the most traded, as ranked on IBrX 100, have been analyzed between 2012 to 2016. Two methodologies have been used for results: quantitative for calculating performance indicators and qualitative for audit committee analysis. Lastly, it is concluded that the existence of audit committees did not influence economic performance, thus negating the hypothesis of this research.

Keywords: Controller; Audit committees; Financial Analysis; Economic Performance.

RESUMEN

El presente estudio tuvo como principal objetivo verificar si el desempeño económico de un grupo de empresas con acciones negociadas en la bolsa de valores brasileña sufre influencia de la existencia de comité de auditoría en sus estructuras de controles internos. La hipótesis probada ha sido que el grupo de empresas con comité de auditoría tendría desempeño económico superior al grupo sin el referido comité. Para el alcance del objetivo trazado, se utilizó pesquisa bibliográfica aplicada a la contraloría y el análisis financiero por medio de indicadores. Para mensuración del desempeño económico de las compañías se utilizó los índices de rentabilidad sobre los activos y sobre el patrimonio líquido (ROA e ROE respectivamente). Para realizar la comparación entre los resultados de los análisis financieros de las empresas estudiadas, fueron establecidos dos grupos de empresas: uno que declara la existencia de comité de auditoría y otro que no lo hace. Fueron examinadas las diez compañías brasileñas más líquidas, pertenecientes al IBrX 100, en el período de 2012 a 2016. Para la obtención de los resultados se aplicaron dos metodologías: la cuantitativa para los cálculos de los indicadores de desempeño y cualitativa para el análisis de los comités de auditoría. Por fin, fue posible concluir que la existencia de los comités de auditoría no influyó el desempeño económico de las empresas estudiadas, siendo refutada la hipótesis de la investigación.

Palabras-claves: Contraloría; Comité de Auditoría; Análisis financeiro; Desempeño Económico.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação do desempenho econômico médio das empresas (ROA).....	30
Gráfico 2: Desempenho econômico médio acumulado entre os anos de 2012 a 2016 (ROE).....	32
Gráfico 3: Comparação do desempenho econômico médio das empresas (ROE).....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Práticas de controladoria em ordem alfabética.....	16
Quadro 2: Estrutura do balanço patrimonial.....	21
Quadro 3: Estrutura da demonstração do resultado do exercício.....	22
Quadro 4: Relação e características das empresas pertencentes à amostra da pesquisa.....	27
Quadro 5: Informações sobre os comitês de auditoria das empresas pesquisadas.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Retorno sobre os ativos das empresas com comitê de auditoria.....	29
Tabela 2: Retorno sobre os ativos das empresas sem comitê de auditoria.....	30
Tabela 3: Retorno sobre o patrimônio líquido das empresas com comitê de auditoria.....	31
Tabela 4: Retorno sobre o patrimônio líquido das empresas sem comitê de auditoria.....	31

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADRs – *American Depositary Receipts*

BP – Balanço patrimonial

BSC – *Balanced Scorecard*

CVL – Análise Custo-Volume-Lucro

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração do fluxo de caixa

DLPA – Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados

DMPL – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DRE – Demonstração do resultado do exercício

DVA – Demonstração do valor adicionado

EVA – Valor Econômico

GECON – Sistema de Gestão Econômica

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBrX-100 – Índice Brasil 100

KPI – Indicadores Chave de Desempenho

OBA – *Open Book Accounting*

ROA – Retorno sobre o ativo

ROE – Retorno sobre o patrimônio líquido

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SOX – *Lei Sarbanes-Oxley*

VBM – Gestão Baseada em Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Controladoria.....	15
2.1.1 Controle interno.....	16
2.1.2 Comitê de auditoria	17
2.2 Demonstrações Contábeis.....	19
2.2.1 Balanço patrimonial (BP)	20
2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)	21
2.3 Análise Financeira	22
2.3.1 Índices de rentabilidade	23
2.3.1.1 Retorno sobre o ativo (ROA).....	23
2.3.1.2 Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)	23
3 METODOLOGIA.....	25
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1. Características da Amostra	27
4.2 Análise dos Comitês de Auditoria	28
4.3 Desempenho Econômico	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

De acordo a literatura disponível, a controladoria pode ser abordada sob dois aspectos: como um ramo de estudo das Ciências Contábeis e como uma unidade administrativa que tem como finalidade atuar no âmbito do gerenciamento dos recursos organizacionais. Higa e Altoé (2015) citam como sendo atividades inerentes ao órgão administrativo de controladoria: desenvolvimento de condições para a realização da gestão econômica; subsídio ao processo de gestão com informações em todas as suas fases; gestão dos sistemas de informações econômicas de apoio às decisões e; apoio à consolidação, avaliação e harmonização dos planos das áreas.

A maioria dos estudos aborda a controladoria por meio de múltiplos casos, como, por exemplo, analisando a existência de práticas como *Balanced Scorecard* (BSC), orçamento empresarial, sistemas de custeio, dentre outras, com predomínio de envio de questionários às empresas. No entanto, há uma carência de estudos que visem observar tais práticas em companhias abertas por meio de exames de seus relatórios.

Segundo Silva, Da Cunha e Teixeira (2018), a legislação norte-americana, por meio da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), exige que as empresas divulguem informações sobre o controle interno por meio de relatórios. Contudo, como não há exigência de atendimento à SOX ou similar para empresas listadas apenas no mercado brasileiro, as informações a respeito do controle interno acabam por serem restritas, reduzindo a realização de estudos empíricos nesta temática.

As práticas evidenciadas como positivas e que podem ser consultadas nos relatórios divulgados pelas empresas no que tange aos controles internos, são: a presença de comitê de auditoria (CORREIA, SILVA e MARTINS, 2016) e a auditoria por grandes companhias chamadas *Big Four* (LOPES, COSTA e RODRIGUES, 2017). Como o presente estudo está focado em empresas com alta liquidez que, conseqüentemente, serão as maiores e que, em grande parte, são auditadas pelas *Big Four*, optou-se por seguir a linha da análise da atuação do comitê de auditoria.

A criação de comitê de auditoria vem sendo considerada como elemento fundamental para a execução de controle das organizações após a promulgação da Lei *Sarbanes-Oxley*, influenciando de modo direto a Governança Corporativa, o que corrobora com a afirmação de que é fundamental para uma empresa a instituição de um comitê de auditoria, tendo em vista a necessidade de fiscalização (BEUREN *et al.*, 2013).

Assim, o presente estudo objetiva verificar se há diferença entre o desempenho econômico de empresas de capital aberto que possuem comitê de auditoria em suas estruturas de controles internos e as que não possuem. Portanto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: **O desempenho econômico do grupo de empresas de capital aberto com comitê de auditoria é superior ao desempenho econômico do grupo sem o referido comitê?**

Para o alcance do objetivo proposto, utilizou-se de duas metodologias: a qualitativa para análise dos comitês de auditoria e a quantitativa para o cálculo dos indicadores. Quanto à amostra, foram escolhidas as dez empresas mais líquidas, pertencentes ao Índice Brasil 100 (IBrX 100) da bolsa de valores brasileira, pela sua importância no mercado de capitais brasileiro. Destaca-se que essas dez empresas movimentam cerca de 50% do volume financeiro transacionado no referido mercado (B3, 2017).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Verificar se o desempenho econômico de um grupo de empresas com ações negociadas na bolsa de valores brasileira sofre influência da existência de comitê de auditoria em suas estruturas de controles internos.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as dez empresas brasileiras mais líquidas quanto ao seguimento de mercado e participação no IBrX-100.
- Verificar se as dez empresas brasileiras mais líquidas possuem comitê de auditoria permanente no ano de 2016 em suas estruturas de controle interno.
- Analisar as características dos comitês de auditoria presentes nas empresas estudadas.
- Analisar se os comitês de auditorias atendem a alguns requisitos mínimos apontados pela literatura e pela prática.
- Avaliar o desempenho econômico das empresas abordadas na pesquisa por meio dos índices de retorno sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido (ROA e ROE, respectivamente).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo destina-se a apresentação do embasamento teórico da presente pesquisa. A revisão da literatura centrou-se na abordagem da controladoria como importante ferramenta de controle e planejamento, bem como na conceituação e no papel de destaque do comitê de auditoria no mercado de capitais. Também neste capítulo, abordamos sobre a análise financeira como instrumento que proporciona a extração de informações relevantes das demonstrações contábeis para tomada de decisão gerencial e de investimento, culminado com a construção das seguintes seções e suas respectivas subseções: (1) controladoria, (2) demonstrações contábeis e (3) a análise financeira.

2.1 Controladoria

De acordo com Martin (2002), o surgimento da controladoria ocorre a partir do entendimento de que todos os recursos que são mobilizados e utilizados em uma organização têm um objetivo maior: o de produzir valor. No processo de gestão, segundo Pereira *et al.* (2011), a controladoria tem a função de coordenar os esforços dos gestores no sentido de garantir o cumprimento da missão da empresa e assegurar sua continuidade, gerando informações relevantes, fidedignas e tempestivas para a tomada de decisão.

Para Santos, Wickboldt e Holanda (2018, p. 126), “a controladoria pode ser entendida como vários procedimentos, métodos e princípios advindos de diversas áreas, em especial da contabilidade, que abrange todo o comando econômico da organização, para garantir a eficácia em sua gestão”.

Oliveira (2005) afirma que a Controladoria deve possuir uma estrutura sólida de modo a suprir as necessidades de controles sobre as atividades rotineiras durante o processo de gestão da empresa.

Segundo Borinelli (2006), o campo de estudo da controladoria não tem funções e atividades, esses são elementos que pertencem a setores de uma organização que possuem a essência, mas não necessariamente recebem a denominação de controladoria.

Conforme Peleias (2002), a controladoria é uma área da organização à qual é delegada autoridade para tomar decisões sobre eventos, transações e atividades que possibilitem o adequado suporte ao processo de gestão.

Lunkes, Gaspareto e Shnorrenberger (2010) afirmam que algumas funções de controladoria são consideradas imprescindíveis à prática das organizações, tais como: funções

de elaboração de relatórios e interpretação. De acordo com os autores, funções como planejamento e controle são apontadas por grande maioria dos trabalhos como sendo fundamentais, o que evidencia que os esforços da controladoria devem estar voltados para o futuro da organização.

Manvailer (2013), através de pesquisas em obras nacionais e internacionais, estabeleceu as práticas de controladoria validadas por especialistas conforme o quadro 1.

Quadro 1. Práticas de controladoria em ordem alfabética.

1. Análise da cadeia de valor	15. Custeio Variável
2. Análise Custo-Volume-Lucro (CVL)	16. Gestão Baseada em Valor (VBM)
3. Análise da Externalização (<i>Outsourcing</i>)	17. Gestão Interorganizacional de Custos
4. Análise do Retorno do Investimento	18. Indicadores Chave de Desempenho (KPI)
5. Análise do Valor Presente Líquido	19. <i>Open Book Accounting</i> (OBA)
6. Avaliação de Desempenho	20. Orçamento de Capital
7. <i>Balanced Scorecard</i> (BSC)	21. Orçamento Operacional
8. Controle Interno na Proteção de Ativos	22. Planejamento Tributário
9. Custeio ABC	23. Preço de Transferência
10. Custeio Direto	24. Processo Orçamentário
11. Custeio Kaizen	25. Sistema de Gestão Econômica (GECON)
12. Custeio Meta	26. Teoria das Restrições
13. Custeio Padrão	27. Valor Econômico (EVA)
14. Custeio por Absorção	

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Manvailer (2013).

Como uma das práticas de controladoria destacadas em Mainvailer (2013) é o controle interno na proteção de ativos, logo é mister que o comitê de auditoria ao cumprir suas funções de averiguar a adequação dos registros, cumprimento de normas e elaboração de demonstrações seja o responsável por essa função.

2.1.1 Controle interno

Botelho (2008, p. 27) afirma que “o controle interno é realizado pelo próprio órgão executor, exercido de forma adequada, capaz de proporcionar razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economicidade”.

Para Reis e Lemes (2005), controle interno é uma importante ferramenta para evitar que aconteçam fraudes e desperdícios, elaborando métodos adequados para o uso diário no desempenho das atividades. Com isso, consegue-se ter melhor posicionamento sobre as

decisões do cotidiano e aumentar as chances de as organizações terem os resultados que almejam, a partir de técnicas e métodos fundamentais para o bom desempenho da empresa.

No mesmo sentido, Almeida (2012, p. 57) afirma que o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimento, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Segundo Corbari e Macedo (2012, p. 73), “controles internos funcionam como uma estrutura orientadora de políticas de controles internos implementadas, e para isso, é responsável pela avaliação da eficácia dos controles internos estabelecidos pela organização”.

Segundo Pereira (2009), os controles internos são todas as políticas internas adotadas pelas organizações, com o objetivo de diminuir os riscos e melhorar os processos. Assim, isso acontece devido à necessidade de informações confiáveis para as várias fases do processo decisório e do fluxo de informações.

Segundo Silva, Da Cunha e Teixeira (2018), infere-se que as características do comitê de auditoria estão relacionadas com a qualidade dos controles internos das empresas. Conforme os autores, o efeito do comitê se dá em maior supervisão destes, na revisão dos procedimentos contábeis e na discussão com os auditores para corrigir as deficiências.

Percebe-se que a função de controle interno é determinante para o funcionamento adequado para as organizações. Sendo o comitê de auditoria um órgão de destaque dentro da estrutura de controle das companhias de capital aberto, abordaremos a seguir o conceito e as principais características de atuação desse órgão.

2.1.2 Comitê de auditoria

Segundo Furuta (2010, p. 45), “o Comitê de Auditoria é um órgão eleito e com membros do Conselho de Administração da companhia”. Conforme Peleias, Segrete e Costa (2009), o comitê de auditoria é responsável pela supervisão dos processos organizacionais e divulgação de informações financeiras ao mercado de capitais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), os comitês de auditoria independentes constituem um componente crítico para assegurar ao conselho de administração o controle sobre a qualidade dos demonstrativos financeiros e controles internos que asseguram a sua confiabilidade, bem como para a identificação e gestão de riscos da organização (IBGC, 2009).

Pouco se falava do comitê de auditoria até a publicação da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), momento em que o comitê ganhou destaque e é considerado um importante mecanismo por atuar na gestão de riscos da empresa, monitorar os processos organizacionais e intermediar o contato de empresa, auditores independentes e demais usuários da informação contábil (SILVA *et al*, 2009).

Furuta (2010) afirma que o conceito de comitê de auditoria não é novo, apesar disso, Correia, Silva e Martins (2016), no que tange sobre a qualidade da Governança Corporativa das empresas brasileiras de capitais, afirmam que durante os anos de 2010 a 2013, apenas 33,7% das empresas com ações negociadas na B3 (antiga BM&FBovespa) que participaram da pesquisa demonstraram possuir comitê de auditoria.

Para a empresa de auditoria e consultoria PricewaterhouseCoopers (2007), as exigências legais ou regulatórias para um comitê de auditoria sofrem diferenças entre países, sendo obrigatório para companhias de capital aberto em algumas nações, enquanto que para outras é apenas recomendável. De forma adicional, as responsabilidades de cada comitê de auditoria diferem entre si, dependendo da cultura local e, em especial, das necessidades das companhias.

No Brasil houve a criação de regulamentações específicas que obrigam a instituição de comitês de auditoria para instituições financeiras e companhias de seguros, ou seja, as demais sociedades com ações negociadas na bolsa de valores brasileira podem optar pela criação ou não do referido comitê. A Resolução 3.198 do Conselho Monetário Nacional destina-se ao cumprimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, enquanto que a Resolução 118 do Conselho Nacional de Seguros Privados é direcionada às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (IBGC, 2009).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não requer a constituição de comitê de auditoria, mas recomenda fortemente essa prática (FURUTA, 2010). Dessa forma, as companhias que não se enquadram nessas normas tem a constituição do comitê de auditoria recomendado e orientado pela CVM e pelo IBGC.

De acordo com Sorrentino, Teixeira e Vicente (2016), as recomendações da CVM que se dirigem ao comitê de auditoria se resumem em aspectos relacionados à composição dos membros: devem ter pelo menos um representante dos minoritários e pelo menos dois membros devem possuir experiência em finanças.

O tamanho mínimo recomendado ao comitê de auditoria varia com o porte da organização ou complexidade dos negócios. Entretanto, a recomendação geral é de no mínimo três membros. Para o caso de se ter mais membros, deve-se adotar um número ímpar de membros (IBGC, 2017).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2009) salienta que para as empresas com ações listadas no mercado norte-americano (ADRs - *American Depositary Receipts*), a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e sua regulamentação pela SEC - *Securities and Exchange Commission* e por outras organizações dos Estados Unidos, exigem a instituição de comitês de auditoria. O IBCG complementa que para empresas de algumas jurisdições estrangeiras, tais como as do Brasil, a SEC reconheceu a existência de órgãos que, de acordo com a legislação nacional, suprem as funções do comitê de auditoria para fins de atendimento as normas norte-americanas. No caso das companhias brasileiras, admitiu-se que o Conselho Fiscal pode exercer esse papel.

Ante ao exposto observa-se a valorização do comitê de auditoria em mercados desenvolvidos como o Norte Americano, bem como em empresas com riscos elevados (Bancos e Seguradoras), tendo o papel preponderante para melhoria dos controles internos, além de ser o “braço” técnico do conselho de administração.

Baseado nisso, o presente estudo pressupõe que comitês de auditoria existentes e atuantes, dentro das conformidades, indiquem melhor controle interno e, conseqüentemente, melhor desempenho econômico.

2.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são o produto final do trabalho de recebimento, organização e compilação dos dados, realizado pelo contador, provenientes de fatos econômico-financeiros expressos monetariamente (MATARAZZO, 2010). Corroborando com essa definição, Iudícibus (2012, p. 26) discorre que demonstração contábil “é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período”.

Silva (2012) acrescenta que as demonstrações contábeis se caracterizam como sendo um canal de comunicação da empresa para com os diferentes usuários internos e externos. Segundo o autor, as empresas conscientes de suas funções para com seus investidores, credores, acionistas, fornecedores, clientes, governos e empregados, têm se esforçado para cada vez mais fornecerem informações que facilitem a tomada de decisões.

Assaf Neto (2012) afirma que as demonstrações contábeis se classificam em obrigatórias e facultativas. Quanto às demonstrações obrigatórias elencam-se o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), acompanhadas de notas explicativas. Segundo as Leis nº 6.404/76 e nº 11.638/07, acrescenta-se para sociedades anônimas de capital aberto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Segundo Damodaran (2012), existem três demonstrações contábeis que resumem as informações sobre uma empresa, são elas o BP, a DRE e a DFC. Marion (2010) enfatiza que todas essas demonstrações devem ser submetidas à análise. No entanto, esse trabalho atentará para o BP e para a DRE por serem à base da análise das empresas nessa pesquisa. Apresentamos adiante a estrutura e os elementos que compõem ambas as demonstrações.

2.2.1 Balanço patrimonial (BP)

O balanço patrimonial (BP) é uma demonstração contábil que reflete a posição patrimonial e financeira de uma empresa em determinado momento (ASSAF NETO, 2012). Segundo Gitman (2010, p. 43) o BP “equilibra os ativos da empresa (aquilo que ela possui) contra o seu financiamento, que pode ser capital de terceiros (dívidas) ou capital próprio (fornecido pelos proprietários e também conhecido como patrimônio líquido)”.

Conforme Hoji (2010), no BP, as contas que representam o ativo, o passivo e o patrimônio líquido devem ser agrupadas de forma que facilite o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia, sendo representadas em ordem decrescente em grau de liquidez para o ativo, e de exigibilidade para o passivo e patrimônio líquido.

Iudícibus (2012) conceitua os ativos como sendo todos os bens e direitos de propriedade e controle da entidade, avaliáveis monetariamente e que representam benefícios presentes ou futuros para a entidade. No ativo estão relacionados todos os recursos aplicados pela empresa, podendo estar classificados em ativos circulantes, que possuem alta rotação, e ativos não circulantes (ASSAF NETO, 2012).

Compreendem-se como ativos circulantes todos os bens e direitos que podem ser conversíveis em dinheiro até o final do exercício social seguinte. Já o ativo não circulante é dividido em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (HOJI, 2010).

O passivo, por sua vez, evidencia todas as obrigações que a empresa assumiu com terceiros (IUDÍCIBUS, 2012). Podem ser classificados como passivos de curto e longo prazo, assumindo a denominação de passivo circulante, quando as exigibilidades possuem vencimento no curto prazo, tais como fornecedores, funcionários etc., e não circulante, para os compromissos com vencimentos no longo prazo (ASSAF NETO, 2012).

Completando a estrutura do BP, temos o patrimônio líquido. Segundo Braga (2009, p. 75-76) “integram o patrimônio líquido as contas representativas dos capitais próprios, que registram os recursos provenientes de sócios ou acionistas, bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa”. Conforme o autor, constitui o patrimônio líquido os seguintes subgrupos de contas: capital realizado; reservas de capital; ajustes de avaliação patrimonial; e reservas de lucros.

A seguir, no quadro 2, apresenta-se a estrutura do BP.

Quadro 2: estrutura do balanço patrimonial.

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1. Ativo Circulante	3. Passivo Circulante
2. Ativo Não Circulante	4. Passivo Não Circulante
2.1 Realizável a Longo Prazo	5. Patrimônio Líquido
2.2 Investimentos	5.1 Capital Realizado
2.3 Imobilizado	5.2 Reservas de Capital
2.4 Intangível	5.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial
	5.4 Reservas de Lucros

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Braga (2009, p.70).

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

De acordo com Hoji (2010), a demonstração do resultado do exercício (DRE) “é um a demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas, que resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido entre duas datas”. Conforme o autor, a DRE deve ser exposta de forma dedutiva, ou seja, iniciando com a receita bruta operacional e dela ir deduzindo os custos e despesas até a apuração do lucro líquido.

Vale ressaltar que o BP é uma demonstração estática, ela demonstra a posição financeira da empresa em determinado momento, como se fosse uma fotografia, enquanto a DRE acumula as receitas, os custos e as despesas pertencentes a um período de tempo, expondo o resultado e possibilitando o conhecimento dos seus principais componentes (SILVA, 2012).

O objetivo básico da DRE é retratar como ocorreu a geração do resultado no exercício, por intermédio da especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo (BRAGA, 2009).

No quadro 3 é ilustrada a estrutura da demonstração do resultado do exercício.

Quadro 3: estrutura da demonstração do resultado do exercício.

RECEITA BRUTA
(-) Deduções e impostos
= RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos produtos e dos serviços vendidos
= RESULTADO BRUTO
(-) Despesas operacionais
= RESULTADO OPERACIONAL
(-) Despesas não operacionais
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA
(-) Imposto de renda
= LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Marion (2010, p. 53).

2.3 Análise Financeira

A análise financeira tem como objetivo extrair das demonstrações contábeis dados que permitam, após seu processamento, a produção de informações para a tomada de decisões. Dessa forma, é importante entender a diferença entre dados e informação. Os dados são números ou descrições que, isoladamente, não provocam reações no seu leitor. Já a informação exprime uma comunicação sobre determinada situação que pode produzir reação ou decisão de quem a recebe (MATARAZZO, 2010).

Para Assaf Neto (2012b, p. 112), “a técnica mais comumente empregada de análise baseia-se na apuração de índices econômico-financeiros, que são extraídos basicamente das demonstrações financeiras levantadas pelas empresas”.

Os indicadores econômico-financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis e têm como objetivo evidenciar um panorama amplo a respeito do desempenho econômico e financeiro das organizações em determinado período de tempo (MATARAZZO, 2010; WESTON; BRIGHAM, 2000).

No tocante a quantidade de índices necessários para uma análise financeira adequada, convém ressaltar que existe numerosa variedade de índices financeiros e econômicos,

entretanto, a escolha deve abordar um conjunto de índices que satisfaçam os objetivos e o grau de profundidade desejada da análise (MATARAZZO, 2010).

2.3.1 Índices de rentabilidade

De acordo com Padoveze e Benedicto (2011, p. 115), “a análise da rentabilidade é o critério natural de avaliação do retorno do investimento, qualificando-se, portanto, como o indicador mais importante da análise financeira”. Hoji (2010) contribui afirmando que os índices de rentabilidade medem o quanto estão rendendo os capitais investidos, sendo indicadores muito importantes por evidenciarem o sucesso ou insucesso empresarial.

Nessa perspectiva, foram escolhidos dois indicadores que analisam a rentabilidade sobre diferentes aspectos, como pode ser observado a seguir.

2.3.1.1 Retorno sobre o ativo (ROA)

O ROA – em inglês *Return On Assets* – é um índice que representa o poder de ganho da empresa em relação ao capital investido. De acordo com Matarazzo (2010), “este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo. Para Gitman (2010), quando maior for o ROA, melhor será para empresa, visto que o índice mede a eficácia da administração na aplicação dos ativos. Pode ser calculado da seguinte maneira:

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

2.3.1.2 Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)

O ROE é o índice mais comum de avaliação do retorno sobre o investimento dos acionistas (HELFERT, 2000). Tendo em vista que o preço de mercado da ação é fortemente influenciado pelo índice de retorno sobre o patrimônio líquido, quanto maior for o resultado desse quociente ao longo do tempo, maior será a recompensa do capital investido pelos acionistas gerada pela administração financeira da empresa (IUDÍCIBUS, 2012).

O ROE – sigla em inglês que significa *Return On Equity* – é a uma razão que possibilita medir essa eficiência da empresa em remunerar adequadamente o capital investido

pelos proprietários. O ROE pode ser calculado através da seguinte expressão (MARION, 2010):

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa do presente trabalho caracteriza-se como aplicada. Segundo Prodanov (2013) a pesquisa aplicada tem como intenção gerar soluções para problemas e objetivos anteriormente definidos, aplicando o conhecimento existente a uma situação prática.

Quanto aos objetivos da pesquisa, podemos tipificar o trabalho como exploratório, uma vez que o intuito da pesquisa é proporcionar maior familiaridade com o problema a ser pesquisado (MARKONI E LAKATOS, 2010). Creswell (2010) afirma que é uma maneira de tornar o problema mais evidente, possibilitando até a construção de hipóteses. Isso permite inferir que é a pesquisa do tipo exploratória constitui-se no aprimoramento de ideias ou descobertas sobre o tema proposto e problema elaborado.

No que tange à abordagem do problema de pesquisa, foi empregado o método quantitativo para o cálculo e avaliação do desempenho econômico das empresas estudadas, medido através dos índices de retorno sobre os ativos (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), e o método qualitativo para análise dos comitês de auditoria.

Para a apuração dos índices foram coletados dados secundários provenientes das demonstrações contábeis produzidas e divulgadas no *site* de relacionamento com investidor de cada empresa e no banco de dados da Comissão de Valores Mobiliários, utilizando-se da técnica de pesquisa documental.

Quanto ao comitê de auditoria, realizou-se inicialmente pesquisa com intuito de determinar quais empresas afirmaram, em seus relatórios, possuir o comitê instituído em sua estrutura organizacional no ano de 2016. Para efeito deste estudo, foi desconsiderado se nos anos anteriores as companhias possuíam ou não comitê de auditoria, assim, replicou-se a situação constatada em 2016 para os demais anos.

Em seguida, baseado no levantamento da literatura que destaca as características importantes da composição e atuação do comitê de auditoria, foi realizada pesquisa nos relatórios divulgados pelas empresas e nos *sites* de relacionamento com investidor sobre os seguintes pontos:

- (1) existência de estatuto ou regimento disponibilizado para o público;
- (2) se a companhia afirma atender as exigências da SEC para composição e atuação do comitê de auditoria;
- (3) existência de relatório/parecer do comitê publicado;
- (4) existência de agenda de reuniões ordinárias;
- (5) existência de membros independentes;

(6) quantidade de membros em exercício.

A população da pesquisa é composta de empresas que possuem ações negociadas na bolsa de valores brasileira, a B3 (antiga BM&FBovespa). Todas as empresas são sociedades anônimas (SA) de capital aberto e possuem suas demonstrações contábeis divulgadas no *site* da CVM.

Por sua vez, a amostra foi formada pelas dez empresas mais líquidas pertencentes ao Índice Brasil 100 (IBrX 100), que é um importante indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Por ser uma carteira teórica dinâmica que muda a posição dos ativos de acordo com o volume de negociações na bolsa, a data de corte para definição das empresas objeto do presente estudo foi o mês de dezembro de 2016.

Por fim, para à análise e interpretação dos dados, foi utilizado o *software Microsoft Excel* 2010 para tabulação dos dados e apuração os indicadores, visando facilitar os cálculos e procedimentos necessários.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Características da Amostra

A seguir serão abordadas, em linhas gerais, as características das empresas escolhidas para realização da presente pesquisa, o que proporcionará a contextualização necessária para interpretação dos resultados obtidos.

No quadro 4 estão descritas as empresas, o setor de atuação e a participação no IBrX 100 de cada uma das dez companhias estudadas.

Quadro 4. Relação e características das empresas pertencentes à amostra da pesquisa.

Empresa	Setor	Participação no IBrX 100
Itaú Unibanco	Financeiro e outros	10,09%
Bradesco	Financeiro e outros	7,45%
Ambev	Consumo não cíclico – bebidas	6,85%
Petrobras	Petróleo, gás e biocombustíveis	5,13%
Vale	Materiais básicos – mineração	3,88%
Banco do Brasil	Financeiro e outros	3,38%
BmfBovespa	Financeiro e outros	3,29%
Ultrapar	Petróleo, gás e biocombustíveis	3,25%
Itausa	Financeiro e outros	3,16%
BRF	Consumo não cíclico - alimentos processados	2,71%
Total		49,19%

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Analisando o quadro acima, é possível perceber que juntas elas possuem uma participação de quase 50% no Índice Brasil 100, que é um importante indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Isso evidencia a importância desse grupo de empresas na bolsa de valores brasileira.

Composta por empresas de diversos segmentos, o setor que possui maior representatividade dentro da amostra é o financeiro, com quatro representantes entre as dez empresas estudadas. Não consideramos nesse grupo a companhia Itausa, por se tratar de uma *holding* que controla diversas empresas dos mais variados segmentos.

4.2 Análise dos Comitês de Auditoria

No que concerne à existência e configuração de Comitê de Auditoria nas empresas pertencentes à amostra, examinou-se, a luz da teoria explanada anteriormente, os relatórios e sites das empresas, elaborando-se o quadro a seguir.

Quadro 5. Informações sobre os comitês de auditoria das empresas pesquisadas.

Empresa	Possui Comitê de Auditoria em 2016?	(1) Existe estatuto ou regimento disponibilizado para o público?	(2) A companhia afirma atender as exigências da SEC para composição e atuação do comitê de auditoria?	(3) Existe relatório/parecer do comitê publicado?	(4) Existe agenda de reuniões ordinárias?	(5) Existe membros independentes	(6) Quantidade de membros em exercício?
ItauUnibanco	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	5
Bradesco	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	3
Ambev	NÃO ¹	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	3 ⁴
Petrobras	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	3
Vale	NÃO ¹	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	5 ⁴
Banco do Brasil	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	4
BmfBovespa	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	6
Ultrapar	NÃO ^{1,2}	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	3 ⁴
Itausa	NÃO ¹	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	5 ⁴
BRF	SIM	SIM ³	SIM	NÃO	NÃO	SIM	5
Total	6	6	7	2	5	9	-
Média⁵							4,33

Fonte: elaborado pelo autor (2018). ¹ Possui conselho fiscal adaptado para efeito de atendimento das normas norte-americanas. ² Informa alternar entre comitê de auditoria e conselho fiscal. ³ Não foi encontrado disponível no site para livre consulta. ⁴ Número de membros do conselho fiscal. ⁵ Para o cálculo da média, não se levou em consideração o número de membros do conselho fiscal, apenas dos comitês de auditoria.

O quadro 5 revela que quatro das dez companhias não possuem comitê de auditoria permanente, o que surpreende tendo em conta que são as maiores companhias brasileiras. Essa constatação é coerente com o que se encontra em Correia, Silva e Martins (2016), sobre a baixa adoção da prática por companhias brasileiras, o que pode ser atribuído ao fato do comitê não ser obrigatório na legislação brasileira, apesar de importante.

Com relação à existência de estatuto regimental de normas de funcionamento e atribuições dos comitês de auditoria, todas possuem estatuto, apesar de que nem todas evidenciam ou disponibilizam para livre consulta em seus sites.

Apesar de que nem todas as companhias analisadas terem instituído o comitê de auditoria, conforme exigido para as empresas com ações listadas no mercado norte-americano (ADRs - *American Depositary Receipts*), todas afirmam atender as exigências da SEC. Isto é, valem-se da isenção concedida às empresas brasileiras que possuem o conselho fiscal adaptado para tal função.

Apenas duas empresas divulgaram em seus relatórios os pareceres do comitê e a grande maioria informa possuir agenda com número mínimo de reuniões a serem realizadas durante o ano.

Quanto à independência dos seus membros, a grande maioria declarou essa condição e a média de membros do comitê de auditoria em exercício é de 4,33.

Segundo Silva, Da Cunha e Teixeira (2018), a formação do comitê de auditoria de no mínimo três membros está associada com a diminuição das deficiências de controle interno, evidenciando que essa característica é um fator positivo de diminuição de risco para as empresas estudadas.

4.3 Desempenho Econômico

O desempenho econômico das companhias foi calculado através do índice de retorno sobre o ativo (ROA) e do índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Para análise dos resultados as empresas foram divididas em dois grupos, o primeiro formado por seis empresas que declararam em seus relatórios possuírem comitê de auditoria permanente em funcionamento e o segundo composto por quatro companhias que não afirmaram possuírem o referido comitê.

Nas tabelas 1 e 2 serão apresentados os desempenhos obtidos pelas companhias estudadas por meio do ROA.

Tabela 1. Retorno sobre os ativos das empresas com comitê de auditoria.

EMPRESAS	ROA(12)	ROA(13)	ROA(14)	ROA(15)	ROA(16)	ROA(12-16)
ItauUnibanco	1,34%	1,42%	1,67%	1,72%	1,52%	7,67%
Bradesco	1,29%	1,32%	1,46%	1,69%	1,28%	7,05%
Petrobras	3,13%	3,13%	-2,72%	-3,87%	-1,84%	-2,18%
Banco do Brasil	1,06%	1,21%	0,78%	1,03%	0,57%	4,65%
BmfBovespa	4,45%	4,18%	3,83%	8,37%	4,64%	25,46%
BRF	2,64%	3,28%	6,16%	7,70%	-0,87%	18,92%
Médias	2,32%	2,42%	1,86%	2,77%	0,88%	10,26%

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Podemos observar, na tabela 1, que a média de retorno sobre o ativo das empresas que possuem o comitê de auditoria em suas estruturas organizacionais em 2016, manteve seu desempenho quase que inalterado entre os anos de 2012 e 2013, tendo quedas expressivas em 2014 (23,14%) e 2016 (68,23%).

Destaca-se negativamente o desempenho da Petrobras que obteve resultados negativos para o indicador entre os anos de 2014 a 2016, período em que a companhia enfrentou diversas evidências de corrupção.

Tabela 2. Retorno sobre os ativos das empresas sem comitê de auditoria.

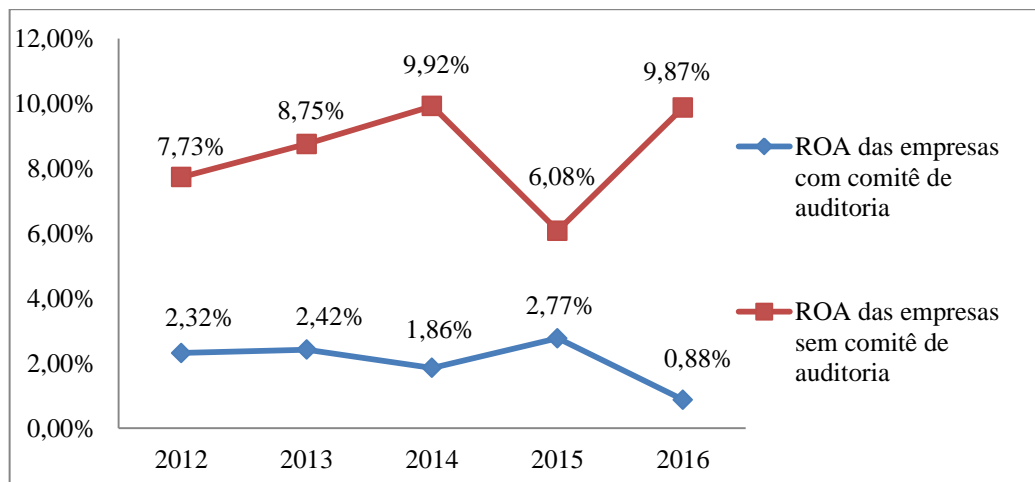
EMPRESAS	ROA(12)	ROA(13)	ROA(14)	ROA(15)	ROA(16)	ROA(12-16)
Ambev	19,40%	13,88%	16,72%	13,78%	14,96%	78,75%
Vale	3,65%	0,04%	0,31%	-12,79%	4,13%	-4,68%
Ultrapar	6,61%	7,48%	6,37%	7,17%	6,46%	34,10%
Itausa	1,25%	13,59%	16,28%	16,17%	13,91%	61,20%
Médias	7,73%	8,75%	9,92%	6,08%	9,87%	42,34%

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Já as empresas que não possuem o comitê de auditoria, conforme pode ser observado na tabela 2, obtiveram um retorno médio do grupo crescente entre os anos de 2012 a 2014. Contudo, apresentaram uma retração significativa no percentual de desempenho em 2015, quando comparado com os anos anteriores, influenciado principalmente pelo resultado negativo da Vale para este ano, contudo, retornando o grupo ao patamar de retorno sobre o ativo próximo aos 10% a.a. em 2016.

O gráfico 1 mostra o desempenho médio de ambos os grupos de empresas (com e sem comitê de auditoria) durante o período de 2012 a 2016, através do índice de retorno sobre o ativo (ROA).

Gráfico 1: comparação do desempenho econômico médio das empresas (ROA).



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Quando comparado o ROA médio das empresas com comitê de auditoria com o retorno médio das empresas sem o comitê, observa-se que o segundo grupo obteve desempenho aparentemente superior em toda série temporal estudada.

Nas tabelas 3 e 4, a seguir, estão apresentados os resultados apurados para o desempenho das companhias obtidos por meio do índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Tabela 3. Retorno sobre o patrimônio líquido das empresas com comitê de auditoria.

EMPRESAS	ROE(12)	ROE(13)	ROE(14)	ROE(15)	ROE(16)	ROE(12-16)
ItauUnibanco	17,89%	18,64%	20,12%	20,48%	16,05%	93,18%
Bradesco	15,95%	16,66%	18,34%	18,91%	14,30%	84,15%
Petrobras	6,13%	6,75%	-6,95%	-13,51%	-5,87%	-13,44%
Banco do Brasil	18,72%	20,63%	13,16%	16,70%	8,92%	78,13%
BmfBovespa	5,53%	5,60%	5,15%	12,00%	7,58%	35,86%
BRF	5,58%	7,23%	14,18%	22,49%	-3,05%	46,43%
Médias	11,63%	12,59%	10,67%	12,84%	6,32%	54,05%

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

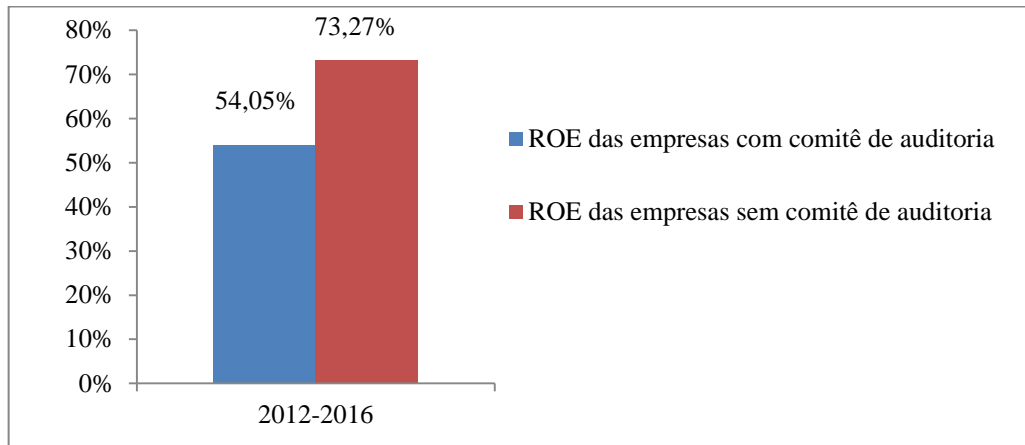
Tabela 4. Retorno sobre o patrimônio líquido das empresas sem comitê de auditoria.

EMPRESAS	ROE(12)	ROE(13)	ROE(14)	ROE(15)	ROE(16)	ROE(12-16)
Ambev	35,12%	21,67%	27,64%	24,68%	26,89%	136,01%
Vale	6,25%	0,08%	0,64%	-31,71%	9,96%	-14,79%
Ultrapar	16,81%	18,71%	16,07%	18,85%	18,25%	88,69%
Itausa	13,88%	15,84%	18,73%	18,53%	16,20%	83,17%
Médias	18,01%	14,07%	15,77%	7,59%	17,82%	73,27%

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Seguindo o mesmo comportamento do retorno sobre os ativos (ROA), o ROE médio das empresas que não possuem em suas estruturas de controle o comitê de auditoria foi superior em praticamente todos os anos pesquisados, tendo como única exceção o ano de 2015. Quando considerado o ROE médio acumulado, o grupo de empresas sem comitê de auditoria obteve um desempenho 35,56% superior ao grupo com comitê.

Gráfico 2. desempenho econômico médio acumulado entre os anos de 2012 a 2016 (ROE).

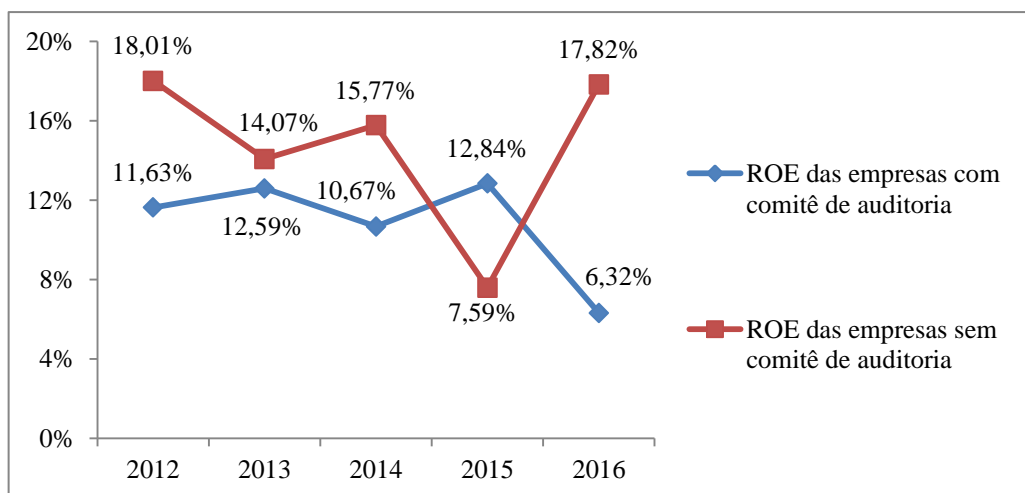


Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Apesar das companhias que não possuem comitê de auditoria terem apresentado desempenho econômico aparentemente superior no período estudado, as empresas que possuem parecem ser mais resistentes em tempos de crise, uma vez que apresentaram menor variabilidade do retorno e uma menor retração em 2015. Assim, infere-se, que o comitê de auditoria pode estar contribuindo para uma maior resistência aos períodos de adversidade, pois contribui para o controle das despesas e decisões complexas que tais períodos exigem.

O gráfico 3 mostra o desempenho médio de ambos os grupos de empresas (com e sem comitê de auditoria) durante o período de 2012 a 2016, por meio do índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Gráfico 3: comparação do desempenho econômico médio das empresas (ROE).



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Borges (2016) estudou se as características do comitê de auditoria (tamanho do comitê; independência do comitê; frequência de reuniões e; expertise do comitê) afetam o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto no período de 2009 a 2014. Para o período investigado, o autor afirma que os resultados não evidenciaram nenhuma relação entre as características do comitê e o desempenho econômico-financeiro das empresas pesquisadas.

Este resultado ajuda a entender os achados da presente pesquisa, tendo em vista que o resultado econômico do grupo de empresas com comitê de auditoria foi aparentemente inferior ao das empresas que não possuem o comitê, permitindo inferir que a presença do comitê não exerceu influência positiva no desempenho econômico. Contudo, a variabilidade dos retornos foi menor no grupo de empresas com comitê, o que sinaliza para uma redução do risco, que é um dos papéis deste órgão de controle interno.

Já pressupondo que a presença do comitê de auditoria melhora a qualidade da auditoria, os resultados encontrados contrariam em parte a pesquisa de Silva *et al.* (2016), que verificaram que as variáveis qualidade da auditoria, concentração de propriedade em ações preferenciais e tamanho do conselho são capazes de explicar positivamente o desempenho (ROA), cuja amostra foi composta predominantemente por companhias do setor elétrico listadas na B3 (antiga BM&FBovespa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar se o desempenho econômico de um grupo de empresas com ações negociadas na bolsa de valores brasileira sofre influência da existência de comitê de auditoria em suas estruturas de controles internos.

Para alcançar esse objetivo, foi realizado levantamento nos *sites* de relacionamento com investidor e nos relatórios divulgados pelas empresas estudadas com intuito de se identificar a existência ou não de comitê de auditoria na estrutura organizacional dessas companhias.

Constatou-se que, apesar da amostra ser composta pelas maiores empresas brasileiras, apenas 60% afirmam possuir comitês de auditoria permanentes em suas estruturas de controles internos.

Para determinação do desempenho econômico, foram utilizados os índices de rentabilidade sobre os ativos (ROA) e sobre o patrimônio líquido (ROE).

Na análise do desempenho por meio do ROA, as companhias que afirmaram possuir o comitê de auditoria obtiveram média de retorno, aparentemente, menores em todos os anos estudados do que as empresas que não afirmaram possuir o comitê.

Na análise em que se utilizou o ROE como medida de desempenho, os resultados foram semelhantes aos do ROA, sendo a média do retorno do patrimônio líquido das empresas que não possuem comitê de auditoria superada apenas no ano de 2015.

Portanto, com base nos resultados obtidos, apesar de não ser possível afirmar, pela ausência de teste estatístico para tal (diferença de médias), podemos inferir que a presença do comitê de auditoria não exerceu influência no desempenho econômico das empresas estudadas, não confirmando a hipótese da pesquisa. Contudo, a variabilidade dos retornos parece ser menor nas empresas com a presença do comitê, o que confirma seu papel preponderante de mitigação de riscos operacionais.

Estes achados se assemelham a outros estudos disponíveis na literatura sobre o tema, o que contribui para o debate sobre a atuação do comitê de auditoria por empresas brasileiras de capital aberto.

Como limitações do presente trabalho podemos citar a não aplicação do teste de diferença de médias de forma a permitir a validação dos achados da pesquisa. Como sugestão para pesquisas futuras, podemos indicar a ampliação do número de companhias estudadas e a aplicação de testes estatísticos visando aumentar a robustez das informações encontradas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A. **Estruturas e análises de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012b.

B3. BM&F Bovespa. **IBRX-100 – carteira**. (2017). Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

BEUREN, I. M. et al. Caracterização proposta para o comitê de auditoria no código de governança corporativa do Brasil e de outros países. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 407-423, out./dez. 2013.

BORGES, E. G. **Características do comitê de auditoria e o desempenho econômico de companhias brasileiras de capital aberto**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

BORINELLI, M. L. **Estrutura básica de controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BOTELHO, M. M. **Manual de controle interno Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá, 2008. 210p.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 20 jul. 2017.

CORBARI, E. C.; MACEDO, J. J. **Controle interno e externo na administração pública**. Curitiba: IBPEX, 2012.

CORREIA, T. S.; SILVA, M. N. F.; MARTINS, O. S. Qualidade da governança corporativa das empresas no mercado brasileiro de capitais. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 4-19, maio/ago. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DAMODARAN, A. **Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any asset**. 3. ed. Hoboken: Jhon Wiley & Sons, 2012.

FURUTA, F. **A Relação das características das empresas com a adoção do comitê de auditoria x conselho fiscal adaptado**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HELFERT, E. A. **Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HIGA, N.; ALTOÉ, S. M. L. **Contabilidade em processo: da escrituração à controladoria**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGC. **Guia de orientação para melhores práticas de comitês de auditoria**. Coord.: Roberto Lamb e João Verner Juenemann. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2009.

IBGC. **Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração**. São Paulo: IBGC/IBRACON, 2017. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/sib/gc/upload/1507212921.pdf>> Acesso em: 6 de agosto de 2018.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, W. C.; COSTA, R. S.; RODRIGUES, A. Relação entre os mecanismos de governança corporativa e o desempenho operacional das distribuidoras de energia elétrica do Brasil. *In: USP International Conference in Accounting*, 17., 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2017.

LUNKES, R. J.; GASPARETO, V.; SHNORRENBARGER, D. Um estudo sobre as funções da controladoria. **Revista de Contabilidade e Organizações – USP**, v. 4, n. 10, p. 106-126, set./dez. 2010.

MANVAILER, R. H. M. **Práticas de controladoria adotadas por instituições privadas de ensino superior (IPES) estabelecidas na região centro-oeste do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2013.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARKONI, A. M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTIN, N. C. Da contabilidade à controladoria: uma evolução necessária. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 7-28, jan./abr. 2002.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica**. Atlas. São Paulo: 2005.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PELEIAS, I. R. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; COSTA, C. A. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras

emitentes de American Depositary Receipts–ADRs. **Contabilidade Vista & Revista**, v.20, n.1, p. 41-65, jan./mar. 2009.

PEREIRA, D. L. *et al.* A controladoria e sua relação com o planejamento estratégico: o caso de uma multinacional no interior do Paraná. **Revista Eletrônica Fafit/Facic**, Itararé, v. 2, n. 2, p. 11-21, jul./dez. 2011.

PEREIRA, M. A. A. **Controles internos e cultura organizacional**: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. São Paulo: Saint Paul, 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Comitês de auditoria no Brasil – Melhores práticas de governança corporativa**: o desafio continua. 2. ed. Brasil: PwC, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. - Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, J. A. G.; LEMES, L. M. Controle interno nas empresas. *In*: Encontro Latino Americano de Iniciação Científica – Universidade Do Vale Do Paraíba, 9., 2005, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: UniVap, 2005.

SANTOS, C. J. S.; WICKBOLDT, L. A.; HOLANDA, F. M. A. Contabilidade Gerencial e suas Categorias: um Estudo Bibliométrico nos Trabalhos da Base Scopus® entre 2008 e 2016. **RAGC**, v.6, n.24, p.122 – 135, 2018.

SILVA, A.; DA CUNHA, P.; TEIXEIRA, S. Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. e138529, 24 jul. 2018.

SILVA, J. P. *et al.* Mecanismos de governança corporativa e desempenho: análise das companhias do subsetor de utilidade pública listadas na BM&FBovespa. *In* Congresso Nacional de Administração e Contabilidade - AdCont, 7., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2016.

SILVA, J.P. **Análise financeira das empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, K. L.; *et al.* A Implementação dos Controles Internos e do Comitê de Auditoria Segundo a Lei SOX: o Caso Petrobras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 3, p.39-63, 2009.

SORRENTINO, M. S. A. S.; TEIXEIRA, B.; VICENTE, E. F. R. Comitê de auditoria: adequação às regras da SOX, Bacen, Susep e IBGC. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v.10, n. 3, p. 241-257, jul./set. 2016.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.